



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



GABINETE DO DEPUTADO
CARLOS CHIODINI

Projeto de lei n.

PL./0536.6/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Estadual de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes, em Garopaba, Santa Catarina

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pais e Professores da Escola Estadual de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes, com sede e foro no Município de Garopaba, Santa Catarina

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembléia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

DEPUTADO CARLOS CHIODINI



JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Básica Professor José Rodrigues Lopes, criada em 16 de dezembro de 1977 desenvolve serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social.

Ao promover a integração Escola-Comunidade, atende ao comando do art. 205 da Constituição Federal, conjugando esforços, articulação de objetivos e harmonia de procedimentos para contribuir para a melhoria do processo ensino/aprendizagem nos seus diversos aspectos.

Além disso institui gestão democrática, contribuindo com a equipe gestora da escola para promoção da participação política na construção da autonomia, no consenso para solução de conflitos e para construção da cidadania.

Pela sua continuidade, consolidação e pelo relevante papel desempenhado junto à comunidade escolar, é merecedora do título de utilidade pública